

DIREITO

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO DE ESTAGIÁRIOS 2017 CADERNO DE PROVAS

INSTRUÇÕES

Confira este Caderno de Provas: ele deverá conter **dezesseis** folhas, incluindo esta.

A prova terá duração de quatro horas, improrrogáveis.

A interpretação das questões é de responsabilidade do candidato.

Não será permitida nenhuma espécie de consulta, sob pena de desclassificação.

Responda as questões objetivas e subjetivas nas folhas de resposta que serão entregues em separado.

As folhas de respostas serão os únicos documentos válidos para a correção. Sendo o seu preenchimento de inteira responsabilidade do candidato.

Não rasure as folhas de respostas, as quais deverão conter somente o número de inscrição do candidato, sendo vedada a sua identificação nominal ou por meio de sinais, sob pena de desclassificação do candidato.

Em nenhuma hipótese haverá substituição das folhas de respostas por motivo de erro do candidato, marcação rasurada ou emendada.

Este Caderno de Provas deverá ser devolvido juntamente com a folha de resposta ao final da prova.

Boa Sorte!!!

PROVA OBJETIVA

QUESTÕES DE LÍNGUA PORTUGUESA

Questão 1

Assinale a alternativa que apresenta exatamente dois vocábulos grafados em desacordo com as novas normas de ortografia em vigor.

- a) Anti-herói, mini-hotel, auto-retrato
- b) Infraestrutura, ultra-som, auto-retrato
- c) Suprarreferido, macroeconomia, mini-saia
- d) Autorretrato, minissaia, antirracista

Questão 2

Indique a alternativa correta, consideradas as normas de regência:

- a) O homem cuja filha gosto é este.
- b) O livro por cujo autor me apaixonei se perdeu na mudança.
- c) A cidade cuja rua andei já não existe mais.
- d) Esse é o juiz cuja autoridade estou submetido.

Questão 3

Aponte a alternativa que contém erro:

- a) Pedra que rola não cria lodo.
- b) Bob Sponja, o molusco, sumiu!
- c) Ele não era tal qual seus primos
- d) Paisagens as mais belas possíveis.

Questão 4

Assinale a alternativa em que não ocorre erro de pontuação:

- a) Cada livro, dele de parte, o estilo traz uma novidade.
- b) Cada livro, dele de parte, o estilo, traz uma novidade.
- c) Cada livro, dele, de parte, o estilo traz uma novidade.
- d) Cada livro dele, de parte o estilo, traz uma novidade.

Questão 5

Indique a alternativa que analisa corretamente o sujeito dos verbos destacados:

“Era de noite; havia gente em casa.” (Machado de Assis)

- a) Determinado, inexistente.
- b) Indeterminado, inexistente.
- c) Indeterminado, indeterminado.
- d) Inexistente, inexistente.

Questão 6

Assinale a alternativa que não apresenta complemento nominal:

- a) Tão indolente era, que se tornou homem vazio de ideias.
- b) Ficou esperançoso na vitória da bondade sobre a maldade.
- c) A resposta do profeta feriu o sentimento de toda a nação.
- d) Foi aplaudido efusivamente porque falou favoravelmente a todos.

Questão 7

Em: “ Estudam, porém não trabalham”, a oração destacada é:

- a) Subordinada adverbial consecutiva.
- b) Coordenada sindética adversativa.
- c) Coordenada sindética conclusiva.
- d) Subordinada substantiva predicativa.

Questão 8

Assinale a alternativa onde a regência do verbo assistir está errada.

- a) Assistimos um belo espetáculo de dança.
- b) Não assisti à missa.
- c) Os médicos assistiram os doentes durante a epidemia.
- d) O técnico assistiu os jogadores.

Questão 9

Abaixo, assinale a opção em que o termo destacado foi incorretamente classificados:

- a) A resposta do aluno estava certa.(complemento nominal)
- b) A resposta da questão está incompleta (complemento nominal)
- c) O carro de Pedro é vermelho.(sujeito claro e simples)
- d) Todas foram classificadas corretamente

Questão 10

Em “Na mocidade, muitas coisas lhe haviam acontecido”, temos oração:

- a) Sem sujeito.
- b) Com sujeito simples e claro.
- c) Com sujeito oculto.
- d) Com sujeito indeterminado.

QUESTÕES DE DIREITO

Direito Constitucional

Questão 11

A Constituição da República é rígida porque:

- a) Contém cláusulas pétreas.
- b) A elaboração de emendas à Constituição envolve procedimentos e requisitos específicos que tornam a modificação do texto constitucional mais difícil que a alteração da legislação ordinária ou complementar.
- c) É necessário maioria qualificada para realizar alteração do texto constitucional.
- d) O exercício do poder constituinte decorrente restou limitado ao período de revisão constitucional.

Questão 12

Acerca do controle concentrado de constitucionalidade exercido pelo STF, assinale a opção correta.

- a) É possível a declaração de inconstitucionalidade de normas constitucionais originárias.
- b) É cabível o ajuizamento de ação direta de inconstitucionalidade cujo objeto seja lei ou ato normativo distrital decorrente do exercício de competência estadual e municipal.
- c) A ação direta de inconstitucionalidade por omissão admite pedido de medida liminar.
- d) Declarada a constitucionalidade de lei ou de ato normativo federal, em sede de ação declaratória de constitucionalidade, não se revela possível a realização de nova análise contestatória da matéria sob a alegação de que novos argumentos conduziram a uma decisão pela inconstitucionalidade.

Questão 13

Segundo a CF, pode ser instituída pena:

- a) de caráter perpétuo.
- b) de trabalhos forçados.
- c) de perda de bens.
- d) de banimento.

Questão 14

As alternativas a seguir apresentam funções institucionais do Ministério Público, à exceção de uma. Assinale-a.

- a) Exercer o controle externo da atividade policial, podendo avocar a presidência de inquérito policial, quando verificado desvio de poder por parte da autoridade policial competente.
- b) Promover a ação de inconstitucionalidade ou representação para fins de intervenção da União e dos Estados, nos casos previstos na Constituição.
- c) Expedir notificações nos procedimentos administrativos de sua competência, requisitando informações e documentos para instruí-los, na forma da lei complementar respectiva.
- d) Promover o inquérito civil e a ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.

Questão 15

Assinale a opção correta a respeito do meio ambiente e dos índios, na ordem constitucional brasileira.

- a) As pessoas jurídicas, tanto quanto as pessoas físicas, estão sujeitas a sanções penais e administrativas se praticarem atividades e condutas consideradas lesivas ao meio ambiente.
- b) É competência privativa da União legislar sobre florestas, pesca, fauna, defesa do solo e dos recursos naturais, proteção do meio ambiente e controle da poluição.
- c) A defesa do meio ambiente impõe a necessidade de se exigir, para instalação de qualquer obra ou atividade que possa causar algum nível de degradação ambiental, a realização de estudo prévio de impacto ambiental.
- d) As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios destinam-se a sua posse permanente, cabendo-lhes o usufruto exclusivo das riquezas do solo, dos rios e dos lagos nelas existentes, mas elas são consideradas bens dos estados-membros em que as comunidades indígenas estão radicadas.

Direito Administrativo

Questão 16

A respeito da responsabilidade civil do Estado, é incorreto afirmar:

- a) A responsabilidade civil do Estado pressupõe necessariamente a prática por um agente público de um ato ilícito.
- b) O Estado pode ser levado a indenizar particular que, atingido por ato administrativo lícito, tenha sofrido ônus maior do que o imposto à coletividade em geral.
- c) A responsabilidade objetiva, além de ser inerente às pessoas jurídicas de direito público da administração direta e indireta, estende-se, ademais, às pessoas jurídicas de direito privado prestadoras de serviço público.
- d) Quando obrigada a indenizar particular, o direito de regresso da administração pública em face do agente público que causou o dano pressupõe a existência de dolo ou culpa.

Questão 17

São elementos do ato administrativo, EXCETO:

- a) motivo.
- b) vinculação.
- c) objeto.
- d) finalidade.

Questão 18

Quando um ato administrativo legal e perfeito torna-se inconveniente ao interesse público, a administração pública poderá suprimi-lo por meio de

- a) Anulação.
- b) Refazimento.
- c) Renúncia.
- d) Revogação.

Questão 19

No que diz respeito à improbidade administrativa, julgue os itens a seguir:

- I. De acordo com a lei, a ação de improbidade não pode ser cumulada com pedido de danos morais.
- II. O juiz deve, antes de determinar a citação da ação de improbidade, proceder a notificação prévia do acusado.
- III. O prazo prescricional de ato de improbidade de governador começa a fluir da data em que tenha sido praticado o ato.
- IV. A Lei de improbidade Administrativa não prevê a gradação das penas que prescreve, não sendo admitida, em consequência, a aplicação da proporcionalidade da pena.
- V. Na avaliação da improbidade por dano ao erário, o juiz deve analisar o elemento subjetivo da conduta do agente.

Estão certos apenas os itens:

- a) I e III.
- b) I e V.
- c) II e IV.
- d) II e V.

Questão 20

A respeito dos bens públicos, analise os itens que complementam a afirmação a seguir:

Os bens públicos se especificam em:

- I. de uso comum do povo, como os mares, rios, estradas, ruas e praças;
- II. de uso especial, como os edifícios ou terrenos aplicados a serviço ou estabelecimento federal, estadual ou municipal;
- III. dominicais, ou seja, os que constituem o patrimônio da União, dos Estados-membros, ou dos Municípios, como objeto de direito pessoal, ou real, de cada uma dessas entidades.

Assinale:

- a) se somente os itens I e II estiverem corretos.
- b) se somente os itens I e III estiverem corretos.
- c) se somente os itens II e III estiverem corretos.
- d) se todos os itens estiverem corretos.

Direito Civil

Questão 21

Acerca do que dispõe a Lei de Introdução às Normas de Direito, assinale a opção correta.

- a) O direito adquirido é aquele que foi definitivamente incorporado ao patrimônio de seu titular, seja por se ter realizado o termo preestabelecido, seja por se ter implementado a condição necessária.
- b) A lei nova que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes revoga a lei anterior, ainda que não o declare expressamente.
- c) A analogia e a interpretação extensiva são institutos jurídicos idênticos.
- d) Em qualquer situação, é possível a utilização dos costumes contra legem como instrumento de integração do ordenamento jurídico.

Questão 22

A personalidade civil da pessoa natural surge e desaparece, respectivamente, com

- a) O nascimento e a morte.
- b) A concepção e a morte.
- c) A maioridade e a morte.
- d) A concepção e a senilidade.

Questão 23

A respeito dos contratos, analise as afirmativas a seguir:

- I. No caso de redibição de contrato comutativo, sempre será devida reparação por perdas e danos.
- II. A responsabilidade por evicção é cláusula essencial aos contratos onerosos e não pode, portanto, ser excluída pelas partes, ainda que expressamente.
- III. A aceitação de proposta de contrato fora do prazo ou com modificações configura nova proposta.

Assinale:

- a) se somente a afirmativa II estiver correta.
- b) se somente a afirmativa III estiver correta.
- c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se somente as afirmativas I e III estiverem corretas.

Questão 24

No que se refere ao campo de aplicação do Código de Defesa do Consumidor (CDC), assinale a opção correta.

- a) O conceito de consumidor restringe-se às pessoas físicas que adquirem produtos como destinatárias finais da comercialização de bens no mercado de consumo.
- b) O conceito de fornecedor envolve o fabricante, o construtor, o produtor, o importador e o comerciante, os quais responderão solidariamente sempre que ocorrer dano indenizável ao consumidor.
- c) O conceito de produto é definido como o conjunto de bens corpóreos, móveis ou imóveis, que sejam oferecidos pelos fornecedores para consumo pelos adquirentes.
- d) O conceito de serviço engloba qualquer atividade oferecida no mercado de consumo, mediante remuneração, salvo as decorrentes das relações de caráter trabalhista.

Questão 25

As sanções administrativas aplicáveis pelas autoridades a fornecedor de produto que tenha cometido infração ao direito do consumidor não incluem a

- a) apreensão do produto.
- b) prisão administrativa do responsável.
- c) contrapropaganda.
- d) proibição de fabricação do produto.

Direito Processual Civil

Questão 26

No processo civil, cabe ao Ministério Público officar obrigatoriamente,

- a) Nas causas que envolvam interesse social, poder familiar, tutela, curatela, interdição, casamento, declaração de ausência e disposições de última vontade.
- b) Nas ações relativas à locação de imóveis residenciais urbanos, independentemente da qualidade das partes.
- c) Nas ações populares, nas ações civis públicas e em quaisquer processos de inventário causa mortis.
- d) Em quaisquer processos nos quais o juiz reputar conveniente a intervenção do Ministério Público, na condição de fiscal da lei.

Questão 27

Sérgio, servidor de uma autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, presta serviços na Polícia Federal e pretende propor ação pleiteando pagamento de diferenças remuneratórias. A ação deve ser proposta em face:

- a) da autarquia e do Ministério da Educação, já que estes devem figurar solidariamente no polo passivo da relação jurídica processual.
- b) da União e do Ministério da Educação, já que estes devem figurar no polo passivo da relação jurídica processual.
- c) do Ministério da Educação, uma vez que a este órgão está vinculada a autarquia.
- d) da autarquia, já que esta é detentora de personalidade jurídica própria.

Questão 28

O interesse de agir é:

- a) Faculdade da ação.
- b) Elemento da ação.
- c) Condição da ação.
- d) Pretensão.

Questão 29

De acordo com o princípio da asserção, no campo de cognição sobre as condições da ação, o Juiz deve verificar se estão presentes ou não as legitimidades ad causam, ativa e passiva, em função:

- a) das afirmações feitas pelo autor acerca dos fatos e do direito, na petição inicial;
- b) do exame da prova dos autos;
- c) das afirmações feitas pelo autor e da prova dos autos;
- d) todas as demais respostas estão incorretas.

Questão 30

Segundo o Código de Processo Civil, o Ministério Público:

- a) oficiando como fiscal da ordem jurídica, terá vista dos autos antes das partes;
- b) poderá produzir provas, requerer medidas processuais e até mesmo recorrer.
- c) será diretamente responsável quando agir com dolo ou fraude no exercício de suas funções;
- d) não goza de prazo diferenciado em razão do princípio da paridade de armas.

Direito Penal

Questão 31

Em 04.11.2010, um servidor público federal praticou ato de ofício, indevidamente, em desconformidade com disposição expressa de lei, para satisfazer interesse pessoal, qual seja, vingar-se de um desafeto, agindo de modo a restar caracterizado o delito de prevaricação, previsto no art. 319 do Código Penal Brasileiro. O MPF, após a regular apuração do fato, ofereceu proposta de transação penal ao autor do fato, a qual foi por ele aceita e devidamente homologada pelo juízo em audiência que se realizou no dia 10.10.2012. A proposta consistia no pagamento de 24 prestações mensais no valor de R\$100,00, a serem destinadas a uma creche. Após pagar 11 prestações, o transator parou de cumprir o acordo. Realizou-se, em 12.12.2013, a pedido do MPF, uma audiência admonitória, para a qual o autor do fato foi devidamente intimado, cuja finalidade era dar-lhe oportunidade de apresentar eventuais justificativas para o descumprimento da transação. Ante a sua injustificada ausência, o MPF, nessa mesma audiência, apresentou denúncia. Considerando que para o crime de prevaricação é cominada pena de detenção, de três meses a um ano, e multa, e tendo em vista as regras pertinentes à prescrição da pretensão punitiva estatal, é correto afirmar que:

- a) deu-se a prescrição da pretensão punitiva estatal porque decorridos mais de três anos desde a data do fato, sem que ocorresse qualquer causa de interrupção do prazo prescricional;
- b) não se pode falar em ocorrência da prescrição, porque ainda não se passaram quatro anos desde a data do fato até a primeira causa de interrupção do prazo prescricional;
- c) não ocorreu a prescrição, porque a homologação da transação penal constitui causa de interrupção do prazo prescricional, segundo dicção expressa do Código Penal;
- d) ocorreu a prescrição, na modalidade retroativa, porque transcorreram mais de três anos entre a data do fato e a da realização da audiência admonitória.

Questão 32

Assinale a alternativa correta.

O crime de sonegação de contribuição previdenciária, assim como o de sonegação fiscal, somente se consuma com a constituição definitiva do crédito tributário na esfera administrativa. Assim sendo, pode-se afirmar que tal crime se classifica como:

- a) delito material;
- b) delito formal;
- c) delito permanente;
- d) delito de mera conduta.

Questão 33

Com relação aos princípios constitucionais de Direito Penal, examine as seguintes afirmativas:

- I. reza o princípio da reserva legal que não há crime sem lei anterior que o defina, nem pena sem prévia cominação legal.
- II. de acordo com o princípio da irretroatividade, a lei penal não retroagirá, salvo disposição expressa em lei.
- III. segundo o princípio da pessoalidade, nenhuma pena passará da pessoa do condenado, podendo a obrigação de reparar o dano e a decretação de perdimento de bens ser, nos termos da lei, estendidas aos sucessores e contra eles executadas, independentemente do limite do valor do patrimônio transferido.

Assinale:

- a) se todas as afirmativas estiverem corretas.
- b) se somente a afirmativa III estiver correta.
- c) se somente as afirmativas I e II estiverem corretas.
- d) se somente a afirmativa I estiver correta.

Questão 34

Em matéria de princípios constitucionais de Direito Penal, é correto afirmar que:

- a) a lei penal não retroagirá mesmo que seja para beneficiar o réu.
- b) a prática de racismo não é considerada crime, salvo se a vítima for detentora de função pública.
- c) os presos tem assegurado o respeito a sua integridade física, mas não a integridade moral.
- d) a Constituição não autoriza a criação de penas de trabalhos forçados.

Questão 35

Se, durante os atos de execução do crime, mas sem esgotar todo o processo executivo do delito, o agente desiste, voluntariamente, de nele prosseguir, ocorre:

- a) Arrependimento eficaz.
- b) Desistência voluntária.
- c) Arrependimento posterior.
- d) Tentativa perfeita.

Direito Processual Penal

Questão 36

O conflito de atribuições entre membros do Ministério Público Federal e do Ministério Público Estadual em matéria processual penal é resolvido, segundo entendimento consolidado do STF:

- a) pelo Supremo Tribunal Federal, já que se tem em causa um conflito entre entes da Federação.
- b) pelo Procurador-Geral da República, porque ele é o Chefe do Ministério Público Nacional.
- c) pelo Superior Tribunal de Justiça, já que todo conflito de atribuições constitui um potencial conflito de competências.
- d) pela 2.^a Câmara de Coordenação e Revisão do Ministério Público Federal, no exercício de sua atividade revisional da atuação dos membros de ambos os ramos do Ministério Público.

Questão 37

Assinale a alternativa incorreta.

A prisão em flagrante:

- a) pode ser efetuada por qualquer do povo contra o agente que está cometendo a infração penal;
- b) pode ser efetuada pelo policial militar contra o agente que acaba de cometer crime de menor potencial ofensivo;
- c) pode ser efetuada pelo policial rodoviário federal contra o agente que é perseguido, logo após a prática da infração penal, em situação que faça presumir ser o autor da infração penal;
- d) pode ser efetuada pelo policial federal, com entrada na residência do autor, independentemente de mandado de prisão, se essa se dá enquanto o delito está ocorrendo.

Questão 38

Sobre as provas, assinale a alternativa incorreta:

- a) A prova emprestada é aquela produzida em um outro processo e, através da reprodução documental, juntada ao processo criminal pendente de decisão. Consiste em um meio de prova lícito, desde que observadas as seguintes condicionantes: i) as partes envolvidas nos dois processos devem ser as mesmas; ii) o fato objeto dos dois processos deve ser o mesmo; iii) a prova deve ter sido produzida sob o crivo do contraditório; iv) a prova deve ter sido produzida com o cumprimento dos requisitos legais.
- b) O encontro fortuito de provas consiste na obtenção de prova de uma infração a partir da busca regularmente autorizada pela investigação de outro crime.
- c) Conforme o sistema da persuasão racional ou convencimento racional, pode o juiz se valer de sua íntima convicção, sem qualquer necessidade de motivação para valorar determinada prova. Esse é o sistema aplicado no Tribunal do Júri.
- d) O Brasil adota como regra geral de gestão de prova, o sistema acusatório, pois são as partes

os agentes responsáveis pela instrução probatória. Nesse sentido, apenas excepcionalmente, de forma complementar, é que o juiz deve se valer de poderes instrutórios.

Questão 39

Acerca das garantias constitucionais referentes aos direitos processual e penal, assinale a opção correta:

- a) São imprescritíveis, entre outros, os crimes de racismo, tortura, tráfico ilícito de entorpecentes, terrorismo e os definidos como hediondos.
- b) Os princípios do contraditório, ampla defesa, devido processo legal, vedação das provas ilícitas e publicidade tem expressa previsão constitucional.
- c) A violação do sigilo das comunicações telefônicas pode ocorrer por ordem judicial, para fins de investigação criminal, instrução processual penal ou civil.
- d) A busca e apreensão em domicílio podem ocorrer durante o dia ou à noite, desde que mediante determinação judicial.

Questão 40

Em relação ao inquérito policial, assinale a opção incorreta:

- a) Caso as informações obtidas por outros meios sejam suficientes para sustentar a inicial acusatória, o inquérito policial torna-se dispensável.
- b) O MP não poderá requerer a devolução do inquérito a autoridade policial, senão para que sejam realizadas novas diligências, dado que imprescindíveis ao oferecimento da denúncia.
- c) Nas hipóteses de ação penal pública, condicionada ou incondicionada, a autoridade policial deverá instaurar, de ofício, o inquérito, sem que seja necessária a provocação ou a representação.
- d) A autoridade policial não poderá mandar arquivar autos de inquérito, uma vez que tal arquivamento é de competência da autoridade judicial.

PROVA SUBJETIVA

1) O artigo 157 do Código Penal é assim escrito:

Art. 157 - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de quatro a dez anos, e multa.

§ 1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

§ 2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

III - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

IV - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro Estado ou para o exterior; (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade. (Incluído pela Lei nº 9.426, de 1996)

§ 3º Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de sete a quinze anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de vinte a trinta anos, sem prejuízo da multa. (Redação dada pela Lei nº 9.426, de 1996) Vide Lei nº 8.072, de 25.7.90

Já o artigo 44 do mesmo diploma legal estabelece o seguinte:

Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)

I – aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposo; (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)

II – o réu não for reincidente em crime doloso; (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)

III – a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente. (Redação dada pela Lei nº 9.714, de 1998)

§ 1º (VETADO) (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)

§ 2º Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos. (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)

§ 3º Se o condenado for reincidente, o juiz poderá aplicar a substituição, desde que, em face de condenação anterior, a medida seja socialmente recomendável e a reincidência não se tenha operado em virtude da prática do mesmo crime. (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)

§ 4º A pena restritiva de direitos converte-se em privativa de liberdade quando ocorrer o descumprimento injustificado da restrição imposta. No cálculo da pena privativa de liberdade a executar será deduzido o tempo cumprido da pena restritiva de direitos, respeitado o saldo mínimo de trinta dias de detenção ou reclusão. (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)

§ 5º Sobrevindo condenação a pena privativa de liberdade, por outro crime, o juiz da execução penal decidirá sobre a conversão, podendo deixar de aplicá-la se for possível ao condenado cumprir a pena substitutiva anterior. (Incluído pela Lei nº 9.714, de 1998)

Considerando esses dispositivos, é possível aplicar-se ao condenado a 4(quatro) anos de reclusão, por crime de ROUBO (artigo 157 do Código Penal), o benefício da substituição da pena cuidado no artigo 44 e seguintes do Código Penal? Fundamente com base no Código Penal.

BOA SORTE!